

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS PAÍSES DO
LESTE EUROPEU DURANTE A FASE DE ADESÃO
À UNIÃO EUROPÉIA**

Nome do Aluno: MÔNICA VAISMAN PINTO

No. De matrícula: 0411742

Orientador: LUIZ ROBERTO DE AZEVEDO CUNHA

NOVEMBRO/2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS PAÍSES DO
LESTE EUROPEU DURANTE A FASE DE ADESÃO
À UNIÃO EUROPÉIA**

**Nome do Aluno: MÔNICA VAISMAN PINTO
No. De matrícula: 0411742**

Orientador: LUIZ ROBERTO DE AZEVEDO CUNHA

NOVEMBRO/2008

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma fonte de ajuda externa exceto quando autorizado pel professor tutor.

Mônica Vaisman Pinto

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Agradecimentos:

Agradeço ao meu orientador, Professor Luiz Roberto da Cunha Azevedo pelo suporte e apoio dado à realização desta monografia.

Agradecimentos especiais ao Professor Joaquín Roy, da “University of Miami” que me introduziu, me interessou e incentivou a descobrir mais sobre a União Européia no curso INS591 – “ The European Union: History, Institutions, Policies and Issues” realizado durante o meu período de intercâmbio na UM.

Agradeço aos meus pais pelo carinho, incentivo e apoio durante todos os anos de minha graduação.

“Os países da Europa são demasiado pequenos para assegurar aos seus povos a prosperidade e os avanços sociais indispensáveis. Isto supõe que os Estados da Europa se agrupem numa Federação ou ‘entidade europeia’ que os converta numa unidade econômica comum”.

Jean Monnet, um dos idealizadores da União Européia, em 1950

SUMÁRIO:

1) Introdução	5
2) Critérios para a Adesão à União Européia	7
3) Os critérios para aderir a Zona do Euro	9
4) Panorama do “Capitalismo Destruido” no Leste Europeu (1945-1990)	10
5) Reformas adotadas nos países do Leste Europeu no processo de transição	11
5.1) Estabilização Econômica	11
5.2) Liberalização econômica	11
5.3) Reformas Institucionais	12
6) O processo de transição em três países : Eslovênia, Estônia e Eslováquia:	13
6.1) Eslovênia:	13
6.1.1) Breve Introdução:	13
6.1.2) Desafios:	13
6.1.3) Reformas adotadas pelo governo:	16
6.1.4) Resultados na Economia:	18
6.1.5) A Eslovênia e o Euro	20
6.2) Estônia:	22
6.2.1) Breve Introdução:	22
6.2.2) Desafios:	22
6.2.3) Reformas adotadas pelo governo:	22
6.2.4) Resultados na Economia:	24
6.2.5) A Estônia e o Euro:	26
6.3) Eslováquia	27
6.3.1) Breve Introdução:	27
6.3.2) Desafios	27
6.3.3) Reformas adotadas pelo governo	27
6.3.4) Resultados na Economia:	31
6.3.5) A Eslováquia e o Euro	33
7) Conclusão: ganhos e perdas do processo de expansão da UE	34
8) As próximas expansões da UE	36
Referências Bibliográficas:	37

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 Desempenho Externo da Eslovênia, 1992-1997</i>	15
<i>Tabela 2 Indicadores Macroeconômicos Da Eslovênia (I)</i>	20
<i>Tabela 3 Indicadores Macroeconômicos Da Eslovênia (II)</i>	21
<i>Tabela 4 Crescimento Econômica da Estônia</i>	25
<i>Tabela 5 Participação no Comércio com a UE</i>	35

1) Introdução

A União Européia (UE) , é uma organização com características únicas. É uma união política supranacional, uma vez que suas instituições, como o Tribunal de Justiça Europeu, tomam decisões que devem ser acatadas pelos governos dos países membros, o que implica em uma abdicação parcial de suas soberanias (Bomberg e Stubb, pgs 27-28). É também um mercado comum, com a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, dentro do seu território. Em 1992, a UE resolveu dar um passo adiante com a assinatura do Tratado de Maastricht, que estabeleceu o objetivo de expandir a união para o campo econômico e monetário, através da UME (União Monetária Européia). A UME inclui a adoção de uma moeda comum, o euro (adotado desde de 2002 por alguns membros), e a unificação das políticas monetárias e fiscais.

Desde a sua formação em 1957, a Comunidade Econômica Européia passou por diversos processos de expansão de seus membros. O seu embrião foi a Comunidade do Carvão e do Aço, criada em 1951, por seis países (República Federativa Alemã, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), visando unir e fortalecer uma Europa extremamente debilitada no período do pós-guerra. Como era crucial para os EUA ter aliados fortes no continente, estimularam a realização de alianças e criaram o Plano Marshall em 1947 (um pacote de ajuda de US\$13 bilhões, visando a recuperação econômica e que na época, representava cerca de 5% do PIB dos EUA) (Bomberg e Stubb, página 22).

Posteriormente, ocorreram vários processos de incorporação de novos membros. Em 1973, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderiram à União. Nos anos 80, foi a vez da Grécia, Espanha e Portugal e em 1995, Áustria, Finlândia e a Suécia juntaram-se ao clube (Conditions for Enlargement). Todos esses processos anteriores de expansão da UE, demandaram a adaptação das suas instituições, como a implementação de novas regras quanto a representação no Parlamento Europeu, e das políticas comuns, como mudanças nas políticas agrícolas e orçamentárias da União, adaptando-as às necessidades dos novos membros.

Em Maio de 2004, 10 países (Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Latvia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) aderiram a União Européia. Tal fato, na época, foi foco de amplas discussões por parte de diversos centros de pesquisa ao redor do mundo. Esta repercussão não foi gerada apenas pelo fato de o número de membros da União ter aumentado de 15 para 25 membros, gerando o desafio da UE de se adaptar aos novos membros. Esta expansão foi alvo de controvérsias, visto que os novos entrantes eram economias com padrões socio-econômicos abaixo da média dos antigos membros.

Nesta expansão de 2004, ocorreram várias diferenças com relação às adesões anteriores, entre elas, o fato dessas economias ainda se encontrarem no processo de adaptação de suas antigas estruturas ligadas ao sistema de economias planejadas, para o sistema de economias de mercado.

Além disso, essa adesão teve uma enorme importância sob o ponto de vista histórico, visto que significou a reunificação sob vários aspectos (político, social, econômico e cultural) de uma Europa que esteve dividida durante meio século pela Cortina de Ferro e pela Guerra Fria. A queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989, representou a desintegração de todo o bloco comunista no Leste Europeu. Este evento marcou o recomeço do processo de reunificação do continente. Posteriormente, a adesão ao bloco seria o caminho natural para a integração.

Alguns países membros viam essa expansão, no início da década de 90, sob um olhar cético, visto que temiam que os custos para a UE seriam extremamente altos e que os processos de integração interna seriam comprometidos. Contudo, com o tempo, esses países começaram a perceber essa expansão como um meio para a estabilização da Europa Central e Oriental. Se a UE deixasse de exportar estabilidade, correria o risco de importar instabilidade. Isto poderia ocorrer, por exemplo, sob a forma de imigração e crime. Além disso, sob o ponto de vista econômico, essa expansão seria vantajosa, uma vez que aumentaria o fluxo de comércio e investimento entre a Europa Ocidental e Oriental (Bomberg e Stub, página 187).

2) Critérios para a Adesão à União Européia

Teoricamente, qualquer país europeu que respeite os princípios de liberdade, democracia, direitos humanos e faça cumprir a legislação vigente, pode se candidatar para se tornar um membro da União Européia (“Treaty on European Union”, artigos 6 e 49). Todavia, tornar-se membro requer a adesão a critérios bem mais rigorosos.

O processo de ascensão é bastante longo e rigoroso. Os candidatos, em geral, são países que já tem uma forte relação bilateral com a UE. Inicia-se, oficialmente, quando o país candidato envia o pedido de ascensão, que é encaminhado ao Conselho de Ministros. A Comissão Européia emite uma opinião formal sobre o país, e o Conselho decide se aceitará ou declinará o pedido. Uma vez que o Conselho unanimemente concorde, negociações podem ser formalmente iniciadas entre o candidato e os países membros. Contudo, antes mesmo de se dar início as negociações, o país candidato deve adotar uma série de critérios (Conditions for Enlargement).

Esses critérios são o chamado de “Critério de Copenhague”, estabelecidos em Dezembro de 1993 pelo Conselho Europeu em Copenhague e define os critérios mínimos que os países candidatos devem atender para que possam ser aceitos como membros da UE:

- A existência de instituições que garantam democracia, o cumprimento da lei, direitos humanos e a proteção das minorias;
- A existência de uma economia de mercado funcional, assim como a capacidade de lidar com pressões, como a competição e as forças de mercado, existentes dentro da UE;
- Assumir requisitos ligados à UE, particularmente, a aderência aos objetivos de uma união política, econômica e monetária;

Em 1995, na reunião do Conselho Europeu em Madrid, foi estabelecido que um país candidato devesse ser capaz de adotar as leis da União e pôr em prática os seus

procedimentos. A adesão também requer que o candidato crie condições para a sua integração através da adaptação de suas estruturas administrativas. Ao mesmo tempo que é importante que a legislação da UE seja aplicada na legislação de cada país, é ainda mais relevante que a legislação seja implementada e colocada em prática, efetivamente, através de estruturas administrativas e judiciárias apropriadas (Conditions for Enlargement) .

3) Os critérios para aderir a Zona do Euro

Além do critério de Copenhague, os novos membros da UE tiveram que satisfazer critérios econômicos ainda mais estritos para poderem adotar o euro. Esses critérios foram estabelecidos no Tratado de Maastricht, em 1992, e são padrões macroeconômicos mínimos para a viabilização da estabilidade fiscal e do nível de preços:

- A taxa de inflação não deve ser superior a 1,5% da média da inflação dos três membros da UE com as menores taxas;
- Os juros nominais de longo-prazo não devem exceder mais de 2% da média dos três países com as menores taxas de inflação;
- Nenhum ajuste na taxa de câmbio por, pelo menos dois anos;
- O déficit fiscal não deve exceder 3% do PIB do país;
- A dívida externa bruta do país não deve exceder 60% do seu PIB;

Os três primeiros critérios foram estabelecidos para assegurar a estabilidade monetária a partir da adoção de um regime de câmbio fixo pelos países que pretendem adotar a moeda. A estabilidade do euro foi reforçada pelos últimos dois critérios, que protegem a União Européia da inflação resultante dos déficits governamentais (Afxentiou, página 5).

O terceiro critério que refere-se ao estabelecimento de um regime de câmbio fixo, exige a adesão dos países ao Regime de Câmbio II, no qual a moeda do país deve ser atrelada ao euro com uma margem de flutuação de 15%. (Bank of Estonia)

4) Panorama do “Capitalismo Destruído” no Leste Europeu (1945-1990)

O colapso do sistema de dominação do Estado sobre a sociedade e economia deixou os países do Leste Europeu com um desafio duplo: mover em direção às economias competitivas de mercado, e ao mesmo tempo, manter e fortalecer seu recente sistema democrático. A transição econômica nesses países envolveu três elementos: estabilização macroeconômica, liberalização de preços, mercados e profundas mudanças institucionais.

Segundo Balcerowicz e Gelb, nessas economias prevalecia o “capitalismo destruído”, visto que se caracterizavam por terem a iniciativa privada severamente reprimida e os ativos privados limitados aos depósitos de poupança e a parte das moradias. O papel restrito do setor privado teve profundas implicações para as instituições econômicas. Empresas estatais de grande e médio porte dominavam a produção e o mercado de trabalho. Havia um excesso de produção na indústria de bens de capital e serviços, mas o comércio e a distribuição de produtos, eram subdesenvolvidos e altamente limitados. O governo tinha um papel financeiro central nessas economias, agindo como intermediário entre as empresas e os indivíduos, através da transferência de subsídios e benefícios. O gasto público correspondia, em média, a mais da metade do PIB desses países e grande parte da sua receita provinha das empresas estatais (Balcerowicz e Gelb, página 2)

O comércio com outros países era dominado por poucas organizações monopolísticas. Os preços eram distorcidos, sobretudo os preços de energias e de bens essenciais, em função dos subsídios. Havia uma “inflação reprimida”, resultante de políticas de controle de preços e que gerava déficits de oferta de bens e de trabalho. Filas, racionamento e estocagem eram respostas comuns a essa situação. Não havia estímulos por parte dos gerentes das empresas em tornar o processo produtivo eficiente. Eram definidas metas de produção de forma aleatória e o aspecto qualitativo dos produtos era ignorado (Balcerowicz e Gelb, página 3).

5) Reformas adotadas nos países do Leste Europeu no processo de transição

5.1) Estabilização Econômica

Mesmo adotando políticas macroeconômicas conservadoras, todos esses países sofriam com o problema do déficit de oferta, enquanto prevalecia o sistema de preços fixos. Logo, precisava-se promover a liberalização dos preços junto com a adoção de políticas macroeconômicas que fossem capazes de preservar a estabilidade dos preços.

Alguns países tinham uma maior urgência do que outros para implementar políticas de estabilização no início do processo de reformas. Na Polônia, por exemplo, o enfraquecimento do regime comunista era manifestado através de uma perda progressiva de controle sobre a economia e um aumento crescente no desequilíbrio das contas externas, em função do aumento nas importações. Enquanto que na República Tcheca, como já havia uma tradição de conservadorismo macroeconômico, a disciplina com relação aos gastos foi preservada durante a sua transição política. O problema da estabilização também era menos urgente na Hungria, onde tanto a transição econômica quanto política se iniciaram em um ambiente mais estável e liberal. Mas assim como a Polônia, a Hungria também havia acumulado uma grande dívida externa (Balcerowicz e Gelb, página 4) .

5.2) Liberalização econômica

Com o fim do regime comunista, foram implementadas políticas de liberalização, com o objetivo de eliminar restrições legais ou burocráticas na atividade econômica, como controle de preços, restrições quantitativas no comércio internacional e a eliminação de barreiras para o estabelecimento e o desenvolvimento de empresas privadas. Desta forma, essas políticas visavam promover uma rápida mudança da economia do país para uma economia de mercado e o crescimento do setor privado.

Uma iniciativa tomada com o objetivo de promover a liberalização comercial, foi a criação de uma área de livre comércio, a CEFTA (sigla em inglês para Acordo de Livre Comércio da Europa Central), em 1992, entre a Hungria, Polônia, Eslováquia e Eslovênia (D. Jacobsen , página 4).

5.3) Reformas Institucionais

Reformas institucionais envolveram a privatização de empresas estatais, a criação de novas instituições e reformas tributárias e legais. Tais reformas possibilitaram a criação de fundamentos para o estabelecimento de economias capitalistas e de mercados financeiros e de trabalho funcionais.

Cabe citar que uma instituição criada nesse período de transição, que teve um papel crucial sob o ponto de vista econômico, foram os bancos centrais desses países. Estes tinham como principais objetivos, garantir a estabilidade dos preços e uma taxa de câmbio estável (dentro da margem de 15% com relação a taxa fixa) para viabilizar a entrada do seus países no Regime de Câmbio II (pré-requisito para a adoção do euro) (Pioneering Slovenia).

6) O processo de transição em três países : Eslovênia, Estônia e Eslováquia

Nos próximos sub-capítulos serão analisados os processos de transição e adaptação das economias dos países do Leste Europeu acima citados para a adesão à União Europeia.

6.1) Eslovênia:

6.1.1) Breve Introdução:

Entre os dez países do Leste Europeu, a Eslovênia se destaca em vários aspectos. Primeiramente, é a economia com o PIB per capita mais elevado desse grupo. O PIB per capita do país em 2005, representava 81 % por cento da média dos membros da UE e era mais alto que o de Portugal (membro desde 1986). Segundo, possui uma localização geográfica favorável, entre a Áustria e a Itália, e relativamente perto da Alemanha (Country Brief). Terceiro, as firmas eslovenas, tradicionalmente, são bastante orientadas para a exportação, tornando a sua economia altamente aberta. Quarto, há uma grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Essas características viabilizaram a sua adesão à UE e a ser a primeira economia do Leste Europeu a adotar a moeda comum europeia, o euro.

6.1.2) Desafios:

Cabe citar que a economia eslovena passou por uma série de reformas para poder atingir os critérios mínimos para a sua ascensão na EU e a adoção do Euro. Em 1998, o PIB per capita do país era mais baixo que o da Grécia, o membro mais pobre da EU. Logo, seu principal objetivo no período de pré-ascensão era atingir um crescimento econômico rápido e sustentável, baseado na remoção de barreiras para a alocação eficiente de recursos e que desta forma, gerasse pressões competitivas nos produtores domésticos (Kaminski e Polastri, página 6).

Para isso, teriam que ser feitas uma liberalização microeconômica e mudanças estruturais, ao mesmo tempo em que fosse consolidada e mantida a estabilidade macroeconômica.

Vale ressaltar que durante o processo de ascensão, a Eslovênia manteve-se fortemente comprometida com a manutenção da sua estabilidade macroeconômica e das suas contas externas (balanço de pagamentos). Com a exceção do ano de 1995, o seu saldo em conta-corrente manteve-se positivo no período 1992-97, graças a sua posição de exportadora líquido de serviços, principalmente ligada a receitas oriundas do turismo (Kaminski e Polastri, página 14).

Como é um país pequeno, a Eslovênia enfrentava o problema de economias de escala para a provisão de bens tanto públicos quanto privados (Kaminski e Polastri, página 7) . Isto é, como a produção de bens envolve custos fixos, quando a produção é pequena, o custo de produção de cada unidade do bem é mais elevado. Na esfera privada, isto pode implicar na falta de competição em determinados setores da economia e em preços mais altos. Uma forma de contornar essa situação, é através da expansão das relações econômicas externas, visto que permite a expansão tanto da oferta de bens no país quanto o aumento da demanda por bens produzidos internamente.

Cabe citar que antes e durante o seu processo de ascensão, a Eslovênia era considerada uma economia aberta, em função da alta participação das transações estrangeiras no seu PIB. Apesar da Eslovênia ter sido altamente dependente dos mercados externos, mesmo antes do seu rompimento com a antiga Yugoslávia, não adotou políticas para liberalizar o comércio. O nível de proteção concedido aos produtores domésticos era alto e favorecia, particularmente, os produtores de manufaturas. O alto nível de abertura, medido pela proporção do comércio internacional (exportações mais importações) no PIB do país, confundia-se com a abertura em termos de uma genuína exposição das firmas a competição internacional, o que fez diminuir as pressões para a introdução de medidas que providenciariam tanto um aumento na reestruturação microeconômica quanto uma melhora na competitividade das firmas eslovenas (Kaminski e Polastri, página 12).

Tabela 1 Desempenho Externo da Eslovênia, 1992-1997

Desempenho Externo da Eslovênia , 1992-1997 (Milhões de US\$)						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações	6.681	6.083	6.828	8.316	8.310	8.372
<i>Participação da UE (%)</i>	61	63	66	67	65	64
Importações	6.141	6.501	7.304	9.492	9.421	9.358
<i>Participação da UE (%)</i>	60	66	69	69	68	67
Balança Comercial	540	-418	-476	-1.176	-1.111	-986
Saldo em conta-corrente	926	188	600	-23	39	70
Investimento Estrangeiro Direto, Líquido	111	113	128	176	186	321

Fonte: Banco da Eslovênia

Apesar das exportações totais terem aumentado em torno de 40% no período 1993-97, houve evidência de um declínio da competitividade das firmas eslovenas nos mercados internacionais. Após um boom inicial no comércio com a UE, o crescimento tanto das exportações quanto das importações desacelerou no período. A mudança de uma economia baseada em setores intensivos em mão-de-obra sem qualificação, para uma economia intensiva em tecnologia e mão-de-obra altamente qualificada ocorreu mais lentamente que o previsto, dado o seu relativo alto grau de industrialização e de estoque de capital humano qualificado (Kaminski e Polastri, página 6) .

Outro entrave para o seu crescimento, era a relutância à participação estrangeira em setores-chave, o que contribuía para a existência de baixas incidências de investimento estrangeiro direto (IDE), com a média do IDE líquido de 1,2 por cento do PIB no período de 1997-2005. Havia limites à participação estrangeira em auditoria (49%), em empresas de investimento ligadas a gestão de fundos de investimento (20%) e em firmas corretoras de valores mobiliários (24%), o que desestimulava o investimento em ações de empresas eslovenas. Além disso, havia a Lei da Companhia

que restringia a presença de estrangeiros no conselho de administração das firmas. Esta lei determinava que caso o conselho fosse composto por apenas uma pessoa, esta deveria ser eslovena e que representantes de firmas estrangeiras que operassem através de filiais no país, deveriam ter residência permanente na Eslovênia (Kaminski e Polastri, página 8).

Assim, essas leis faziam com que o país atraísse baixos fluxos de IED, que tiveram um papel importante no ajustamento de outras economias do Leste Europeu em fase de transição, como na Hungria, em economias globalizadas. Vale ressaltar que os fluxos de IED são cruciais para a incorporação das firmas domésticas em redes globais de produção e marketing das corporações multinacionais.

6.1.3) Reformas adotadas pelo governo:

Assim, visando tornar o clima para negócios mais favorável, o governo esloveno removeu progressivamente os obstáculos legais existentes. O objetivo de longo prazo era tornar a economia mais competitiva e liberar o acesso para bens, serviços e investimentos estrangeiros.

Uma das medidas foi a criação de leis anti-trust para evitar a criação de monopólios, que comprometessem a existência de competição nos setores da economia. Outras medidas foram a reformulação da política de subsídios concedida pelo Estado e a abertura do setor de serviços para a competição estrangeira. Esta última envolveu a remoção dos limites para a aquisição de propriedades por parte de estrangeiros no país e a abertura de setores-chave como o setor de telecomunicações (Kaminski e Polastri, página 10) .

Além disso, outra medida tomada visando o alinhamento das políticas do país com as da UE, foi a convergência das suas tarifas de importação incidente sobre bens oriundos de países de fora da União com as taxas praticadas por essa. Assim, o país visava adotar os requisitos de união aduaneira (padronização das tarifas externas) da UE.

Ademais, houve a preocupação por parte do governo em investir na educação a nível superior, dado o relativo alto grau de isolamento do país, no início da década de 90, sob o ponto de vista cultural e lingüístico, e caso não fosse revertido, poderia comprometer a sua integração futura na UE. Assim, visando solucionar esta questão, o governo passou a subsidiar programas de intercâmbio para professores e alunos universitários em países da UE.

6.1.3.1) Política Monetária

Um marco da conquista da sua independência econômica da Yugoslávia, foi a introdução de um nova moeda, o tolar esloveno, em Outubro de 1991. Na época, o novo banco central esloveno, o Banco da Eslovênia, foi confrontado com uma série de dificuldades macroeconômicas: inflação crescente, a inexistência de reservas internacionais, o baixo nível de confiança na nova moeda e no recém estabelecido banco central. A principal preocupação do Banco da Eslovênia era a estabilidade dos preços. Assim, visando atingí-la, estabeleceu uma meta para a taxa de crescimento do agregado monetário e o sistema de taxa de câmbio flutuante. Assim, neste regime, o BC teria controle sobre a oferta de moeda, mas atuaria no mercado de câmbio apenas através de instrumentos da política monetária (taxa de juros).

Nos anos que se seguiram, a política monetária eslovena alcançou várias das suas metas iniciais. O BC se estabeleceu como uma instituição com credibilidade, a inflação reduziu-se e a confiança na nova moeda aumentou (que pode ser evidenciada pelo forte crescimento econômico) e as taxas de juros domésticas diminuíram (Mrak, Rojec e Silva-Jauregui, página 25).

6.1.3.2) Política Fiscal:

O principal objetivo da política fiscal eslovena era a obtenção de um equilíbrio das contas do governo. Para isso, foram implementadas reformas tributária e orçamentária, visando aumentar a receita fiscal e controlar os gastos públicos, respectivamente. Essas

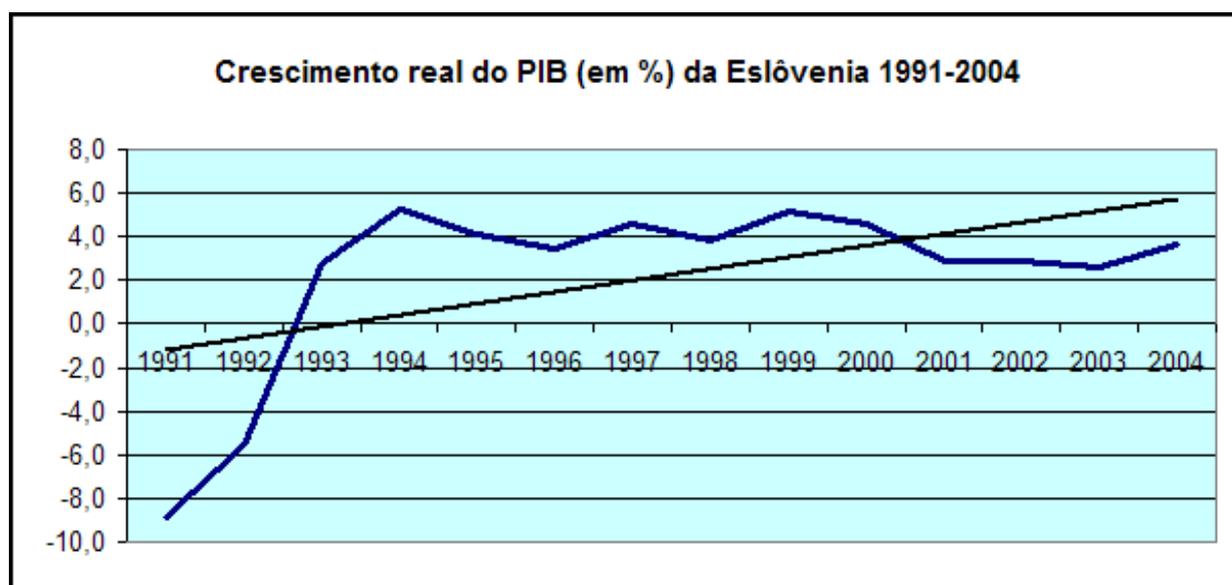
duas reformas foram essenciais, juntamente com a política monetária, para estabilizar a economia.

Contudo, após essas reformas, ainda persistiam problemas na estrutura dos gastos e das receitas públicas. No lado dos gastos, ainda pesava as transferências para os indivíduos e os altos custos fixos associados à administração pública para um país pequeno. No lado da receita, havia como restrição os salários, visto que há uma alta correlação entre a receita pública e os salários (Mrak, Rojec e Silva-Jauregui, página 28) – o imposto de renda e as contribuições para a seguridade social são importantes fontes da receita pública.

Em 1999 e 2000, a Eslovênia adotou duas medidas para solucionar esses problemas. Para o lado da receita, adotou uma reforma nas pensões concedidas pelo Estado. E para o lado da receita, foi criado um novo imposto sobre o valor agregado das mercadorias.

6.1.4) Resultados na Economia:

Quanto a administração da sua política macroeconômica, pode se afirmar que a Eslovênia foi bastante eficiente. O crescimento da economia no período de 1991-2004 cresceu a taxas relativamente estáveis, como pode ser observado no gráfico abaixo. As finanças públicas tiveram déficits modestos ao longo da década de 90, e o país manteve-se bem alinhado com os critérios do Tratado de Maastricht com relação a dívida e aos déficits públicos. O déficit público em 2007 representava apenas 1,08% do PIB. O equilíbrio em conta corrente foi impulsionado pelo aumento do volume exportado. A inflação reduziu-se de 200% em 1992 a menos de 4% em 2007 (Banco da Eslovênia).



Fonte: Banco da Eslovênia

Houve uma contração da participação de indústrias tradicionais, como a têxtil e a de tratores, no PIB do país contraindo de 46% do PIB em 1991, a 37% em 2004. E indústrias de valor agregado mais elevado, como a farmacêutica e a de engenharia elétrica, tiveram um aumento na sua participação no PIB nesse mesmo período (Thomas e Pang, página 16).

Além disso, houve um série de medidas no sentido de integração do país com outros países, tanto membros ou não da UE. Em 1996, a Eslovênia aderiu ao Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA em inglês), que é uma área de livre comércio entre países candidatos à entrada na UE (Thomas e Pang, página 16). Assim, a Eslovênia deixou a organização ao se tornar membro da UE, em 2004. Em Março de 2004, o país aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Houve, inclusive, esforços no sentido de melhoria das conexões físicas com o restante da Europa, através da construção de várias estradas. A Eslovênia desenvolveu rodovias e ferrovias que conectam suas principais cidades a outros países ex-integrantes da Yugoslávia e à Áustria e Itália, aumentando assim a importância do país como área de passagem de rotas comerciais (Kaminski e Polastri, página 17).

6.1.5) A Eslovênia e o Euro

Como o processo de transição da economia eslovena foi considerado bem-sucedido sob o ponto de vista da Comissão Europeia, o país foi o primeiro país do Leste Europeu a adotar o euro em 1º de Janeiro de 2007.

Na Eslovênia, a taxa de câmbio fixa, requerida para a adoção do euro, não se constituiu um problema. Isto, pois a moeda do país, o tolar, estava com paridade fixa com o euro por mais de dois anos (desde meados de 2004). Em Julho de 2004, as autoridades locais iniciaram um mecanismo com uma banda de flutuacao de +- 15% para a taxa de câmbio (Regime de Câmbio II), mas o seu banco central manteve o tolar dentro de +-0.005% da taxa central através de intervenções no mercado de câmbio, sem que se notasse nenhum impacto significativo no seu balanço de contas externas (Pioneering Slovenia).

Os critérios de Maastricht para taxa de inflação, dívida e déficit público e taxa de juros de longo-prazo também foram atingidos, como mostram as tabelas abaixo.

Tabela 2 Indicadores Macroeconômicos Da Eslovênia (I)

Indicadores Macroeconômicos (I) X Critérios de Maastricht			
	2004	2005	2006
Déficit fiscal (% do PIB)	2,3	1,8	1,9
<i>Critério de Maastricht</i>	3	3	3
Dívida Bruta do Governo (% do PIB)	29,5	29,1	29,9
<i>Critério de Maastricht</i>	60	60	60

Fonte: Convergence Report 2006

Tabela 3 Indicadores Macroeconômicos Da Eslovênia (II)

Indicadores Macroeconômicos (II) X Critérios de Maastricht					
	dez/05	jan/06	fev/06	mar/06	abr/05 a mar/06
<i>Inflação (% ao ano)</i>	2,4	2,6	2,3	2,0	2,3
<i>Critério de Maastricht</i>	2,2	2,4	2,3	2,0	2,3
Taxas de juros de longo prazo (%, média do período)	3,7	3,7	3,7	3,8	3,8
<i>Critério de Maastricht</i>	3,4	3,4	3,6	3,7	3,4

Fonte: Convergence Report 2006

6.2) Estônia:

6.2.1) Breve Introdução:

A Estônia, com uma pequena população de 1,3 milhões de habitantes, alcançou uma série de conquistas sob o ponto de vista econômico, desde a sua independência em relação à União Soviética em 1991. O crescimento médio anual do seu PIB, nesse período, alcançou 6,6% depois de uma severa recessão associada ao processo de transição do regime socialista para o capitalista. A edição da revista “The Economist” de Outubro de 2005, descreveu o país como “extremamente bem-sucedido” e o “Wall Street Journal” classificou o país em quarto no seu “2005 Index of Economic Freedom” (Índice de Liberdade Econômica), na frente de muitos países desenvolvidos, incluindo os EUA e o Reino Unido (Thomas e Pang, página 13).

6.2.2) Desafios:

Como um pequeno país ex-integrante do bloco soviético, a Estônia após a sua independência, se deparou com a necessidade urgente de regenerar sua economia, confrontada com o súbito desaparecimento de tanto o seu principal mercado exportador quanto do seu maior fornecedor de matérias-primas, a antiga União Soviética. Atualmente, a sua antiga estrutura econômica, própria de economias planejadas, foi transformada, dando lugar a uma economia aberta e moderna.

6.2.3) Reformas adotadas pelo governo:

O sucesso econômico do país é atribuído a muitos fatores. Entre eles, destaca-se: o compromisso do país com o processo de privatização, a promoção de políticas visando a liberalização de seu mercado, a disciplina fiscal e a restauração da estabilidade macroeconômica, a efetiva diversificação dos bens comercializados e dos mercados para exportação.

Cabe citar que os esforços do país para substituir o seu sistema econômico de planejamento central, iniciou-se antes de 1991. Contudo, a transição econômica apenas se intensificou após a sua independência. O primeiro governo, no período de pós-independência, definiu o objetivo de liberalizar o mercado do país, recuperando o direito de propriedade e permitindo a comercialização de terras (Thomas e Pang, página 13).

A Estônia implementou um bem-sucedido programa de privatização através de um sistema de “vouchers”. Neste sistema, os cidadãos podiam comprar vouchers que representavam direitos de participação em empresas estatais participantes desse sistema. O processo foi rápido e notável pela sua eficiência, caracterizando-se pela venda das empresas estatais a investidores estrangeiros com o necessário know-how nos seus respectivos setores de atuação. Em torno de 2001, o setor privado estoniano contribuía com mais de 85% do PIB, uma das maiores proporções entre os países do Leste Europeu (Thomas e Pang, página 13).

A Estônia também adotou medidas visando promover condições favoráveis para o clima de negócios. Entre elas, foram reduzidas a carga tributária incidente sobre as empresas e as restrições com relação a propriedade estrangeira. Assim, durante o período de pré-ascensão, o nível de IED foi relativamente alto. A política comercial adotada era liberal, praticamente inexistindo tarifas sobre o comércio internacional e barreiras comerciais não-tarifárias. A integração através do comércio e do IDE foram tanto causa e efeito para o estabelecimento de um setor industrial mais moderno e competitivo que a maioria dos demais países da região. Para citar como exemplo, a Estônia desenvolveu uma presença significativa em setores intensivos em tecnologia, como os setores de eletrônica, de tecnologia da informação, e de serviços on-line (Thomas e Pang, pg 13).

Vale ressaltar que as mudanças estruturais na economia estoniana aceleraram na última década. O crescimento econômico foi viabilizado através de uma rápida expansão em setores negligenciados anteriormente, particularmente, os setores de comércio varejista, transportes, comunicação e serviços ligados a construção civil. O setor de serviços aumentou a sua participação de 36% do PIB durante o período 1986-90 para 67% ao longo do período 2001-04. As indústrias de eletrônicos e de

telecomunicações podem ser consideradas as mais importantes do país e ambas se beneficiaram da privatização precoce e da entrada do IED. O serviço de telecomunicações pode ser considerado um dos melhores da região, com uma relação de densidade de linhas de telefonia fixa de 33 para cada 100 habitantes, no final de 2003, e o número de linhas de telefonia móvel vêm aumentando rapidamente (Thomas e Pang, página 14) . A Estônia atualmente se posiciona como um dos países mais bem conectados na região.

Como uma pequena economia aberta, a Estônia tem adotado estratégias para diversificar suas exportações, assim como seus mercados. O crescimento econômico do país desde o final dos anos 90, vem sido impulsionado pela exportação de madeira, metais, produtos eletrônicos e serviços ligados a telecomunicações (Thomas e Pang, página 14) . Além disso, a Estônia também reorientou seu mercado exportador do antigo bloco comunista para os mercados escandinavos e o da UE, mais ricos e estáveis.

Ao mesmo tempo, a Estônia adotou uma política fiscal rígida e adotou o sistema de “currency board” para suportar a introdução de uma nova moeda (o Kroon), em 1992, e controlar a inflação (Estonia Joins). Os gastos totais do governo se mantêm abaixo de 30% do PIB e o setor público tem conseguido manter as suas contas equilibradas nos últimos 15 anos (Thomas e Pang, página 14).

Ademais, o governo estoniano adotou um sistema de tributação baseado em “flat-rates”, ou seja, há uma alíquota única, aplicável tanto a pessoas físicas quanto jurídicas. Em 2000, o imposto incidente de renda incidente sobre lucros reinvestidos das empresas foi abolido, apesar de ter sido mantido no pagamento de dividendos ou na distribuição de lucros (Thomas e Pang, página 14) .

6.2.4) Resultados na Economia:

Apesar da crise financeira russa, em 1998, que levou os seus países vizinhos a uma recessão, a Estônia obteve uma taxa de crescimento econômico próxima a 6% no período de 1996-2004. O fator decisivo por detrás desse desempenho foi o ganho de

produtividade, como pode ser observado na tabela abaixo. Houve também uma formação de capital fixo (aquisição de maquinarias) modesta neste período, financiada basicamente por IED (Thomas e Pang, páginas 11 e 12).

Tabela 4 Crescimento Econômica da Estônia

Crescimento Econômico da Estônia (em %), 1986-2004		
	1986-1995	1996-2004
Capital	0,50	0,82
Força de Trabalho	-0,36	-0,23
Emprego	-0,62	-0,02
Educação	-0,04	-0,26
Produtividade dos Fatores	-1,85	4,86
Crescimento do PIB	-2,38	5,69

Fonte: Thomas e Pang

O crescimento da força de trabalho não contribuiu para esse alto crescimento do PIB, conforme mostra a tabela acima. A população estoniana está encolhendo e envelhecendo e portanto, vem se tornando um dos maiores desafios para o desenvolvimento da sua economia no futuro. Essa tendência populacional deve-se não somente em função da diminuição da emigração oriunda da Rússia e de outros países com dificuldades no processo de transição de suas economias, mas também em função do declínio na taxa de fertilidade (Thomas e Pang, página 15).

A Estônia tem uma forte tradição no setor de educação e os direitos educacionais são assegurados pela constituição do país. Os estonianos recebem educação, compulsoriamente, dos 7 aos 17 anos. O grau de alfabetismo é de 99%, entre um dos mais altos do mundo. No período de 2001-04, em torno de 96% das crianças e jovens em idade escolar estavam matriculados nas escolas. A educação a nível superior vem se tornando, progressivamente, popular em resposta a demandas no mercado de trabalho. O número de matrículas em universidades aumentou de 27% em 1986-90 para 65% em 2001-04. Apesar do sistema ser predominantemente público, a educação privada vem

ganhando espaço, oferecendo em muitos casos, cursos a preços acessíveis e em diversos idiomas, o que atrai tanto alunos locais quanto estrangeiros (Thomas e Pang, página 15).

Apesar do forte crescimento econômico e da boa performance sob o ponto de vista educacional, o nível de desemprego aumentou significativamente após a sua independência, atingindo o seu maior nível em 2000, de 13,7% (Thomas e Pang, página 15). Isto se deve a mudanças estruturais, que levaram a perda de postos de trabalho ocupados por mão-de-obra com baixa qualificação. A maioria dos desempregados não apresentam as qualificações requeridas pelas novas indústrias em expansão.

6.2.5) A Estônia e o Euro:

Um mês após tornar-se membro da UE, em Junho de 2004, a Estônia aderiu ao Regime de Câmbio II, como pré-requisito para adotar o euro. Assim, adotou o sistema de currency board, no qual a sua moeda, o kroon, é atrelada ao euro a uma taxa de câmbio fixa - 1 euro equivalendo a 15,6466 kroons (Estonia Joins).

Vale ressaltar que o país planejava aderir a zona do euro junto com a Eslovênia, em 2007. Contudo, esses planos foram adiados em decorrência da sua alta taxa de inflação, em 2006, fora dos critérios de Maastricht estabelecidos para a adoção da moeda comum. Atualmente, a previsão para adoção do Euro é em 1º de Janeiro de 2010 (Estonia's euro).

Em suma, pode-se dizer que o processo de transição estoniano de uma economia planejada socialista para uma economia de mercado foi bem-sucedido. Uma evidência desse êxito foi o fato do governo ter se dado um papel reduzido na economia, que desta forma, tornou o clima para investimentos mais atrativo, e diminuiu os custos da administração pública.

6.3) Eslováquia

6.3.1) Breve Introdução:

De 1948 a 1989, a Eslováquia viveu sob regime comunista, com o governo centralizado nas mãos dos tchecos. Em 1989, Vaclav Havel foi eleito presidente da Tchecoslováquia e deu início a uma reforma política. Um forte movimento nacionalista surgiu e as rivalidades entre os dois países emergiram. No final de 1991, discussões entre os líderes políticos tchecos e eslovacos giravam em torno da discussão se as repúblicas Tcheca e Eslováquia deveriam continuar coexistindo dentro de uma estrutura federal ou se deveriam ser divididas em dois estados independentes.

Depois de um plebiscito em Junho de 1992, foi decidido que duas repúblicas independentes seriam criadas. A República da Eslováquia passou a existir em 1º de Janeiro de 1993.

6.3.2) Desafios

A Eslováquia iniciou o seu processo de transição econômica com um legado de políticas e recursos com características tanto favoráveis quanto desfavoráveis. O país herdou a tradição de prudência macroeconômica, baixa inflação e dívida modesta. A sua mão-de-obra, qualificada e com salários competitivos, prometia a prosperidade econômica após a transição. Mas, a Eslováquia também herdou uma estrutura industrial e bancos fracos, e um grande e ineficiente sistema de transferências sociais. Desta forma, vários ajustes foram necessários na sua economia.

6.3.3) Reformas adotadas pel governo

Apesar das incertezas existentes após a independência, em 1993, a Eslováquia obteve êxito na sua política macroeconômica. A inflação manteve-se controlada através de uma política monetária prudente e de um ajuste fiscal em 1993, que cortou os gastos públicos em 8,4%, reduzindo assim, o déficit público. Uma desvalorização de 10% da

moeda local, a koruna, em Julho de 1993, possibilitou um aumento na competitividade do país (Restructuring for Recovery, página 9).

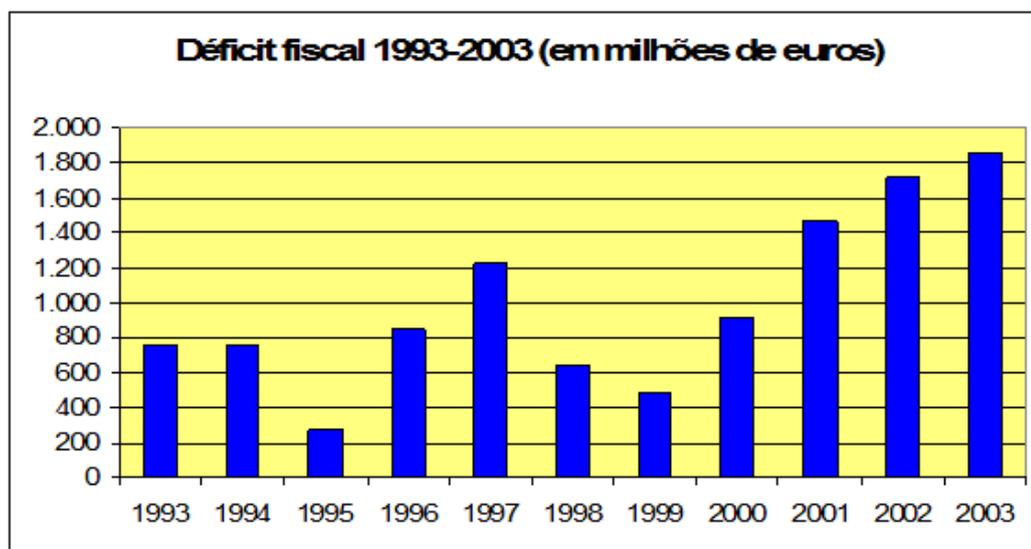
Cabe citar que durante o processo de transição da sua economia, a Eslováquia priorizou o seu equilíbrio macroeconômico. O principal objetivo da política macroeconômica era criar condições para o crescimento econômico do país. Seus principais desafios eram:

- O alto déficit fiscal – este prejudicava a concessão de crédito ao setor privado, uma vez que as taxas pagas pelos títulos públicos eram extremamente altas (em 1993 eram em média 12% a.a.) (Restructuring for Recovery, página 8).
- O baixo nível de crédito para o setor privado - agentes não-participantes do governo tinham dificuldade de obter crédito, como consequência do déficit fiscal e da ausência de um sistema financeiro bem desenvolvido.
- A composição dos gastos públicos – apesar de uma redução nos gastos com subsídios a empresas (particularmente às participantes do setor agrícola), estes representavam 5% do PIB em 1993 (Restructuring for Recovery, páginas 9 e 10). Ao mesmo tempo, o governo precisava direcionar recursos para treinar trabalhadores desempregados e fortalecer o sistema financeiro.
- Manter a competitividade – no início dos anos 90, houve um colapso da demanda agregada por bens eslovacos, decorrente do fim da União Soviética e da Tchecoslováquia. Assim, como uma pequena economia aberta, o país deveria usar sua taxa de câmbio e sua política monetária para se manter competitivo e conquistar mercados no exterior.

Quanto ao problema da restrição do crédito, parte da solução era a reforma do sistema financeiro. Assim, foi liberada a entrada de instituições financeiras

estrangeiras no país, dois entre os três maiores bancos foram privatizados, foi introduzida leis e regulações para o sistema financeiro (foi criado o Departamento de Supervisão Bancária no banco central do país). Além disso, foi desenvolvida uma legislação para a criação de um mercado de capitais eficiente e transparente (Restructuring for Recovery, páginas 9 e 10). Desta forma, o número de instituições financeiras e o nível de financiamento das atividades do setor privado aumentaram.

A outra parte da solução para o problema do crédito, só seria resolvida quando as finanças públicas fossem controladas. Durante a fase de transição da economia, de 1993-2003, o déficit público cresceu significativamente, como mostra o gráfico abaixo. No lado dos gastos, havia a questão de que a arrecadação fiscal estava se reduzindo, sem que houvesse uma reformulação nos gastos. No lado da receita, havia um sistema de arrecadação de impostos ineficiente e um sistema de transferências altamente custoso.



Fonte: Banco da Eslováquia

Assim, os déficits crescentes levaram a um aumento na dívida pública, que no período de transição (1993-2003) representava, em média, 37% do PIB (Ministry of Finance). Ademais, a relação déficit fiscal/PIB não encontrava-se perto dos 2% exigido pelo critério de Maastricht para a adoção do euro. Um problema da dívida pública

eslovaca, era o fato dessa ser majoritariamente de curto prazo. Desta maneira, o governo decidiu aumentar a maturidade da dívida e tentar adaptar o volume de gastos às receitas correntes, através do corte de gastos não- prioritários.

Cabe citar que tornar a sua economia mais competitiva era um pré-requisito para uma integração bem-sucedida no Mercado Comum Europeu. No início dos anos 90, o setor industrial era dominado pela indústria pesada, intensiva em material e em energia, mas de baixo valor agregado. Assim, uma das medidas para estimular o desenvolvimento de outros setores industriais, foi o incentivo à criação de novos negócios. Foi reduzida a complexidade burocrática para abrir novos negócios e foi criado um programa para a concessão de empréstimos a novas empresas, visando aumentar a sua eficiência (Restructuring for Recovery, páginas 12 e 13).

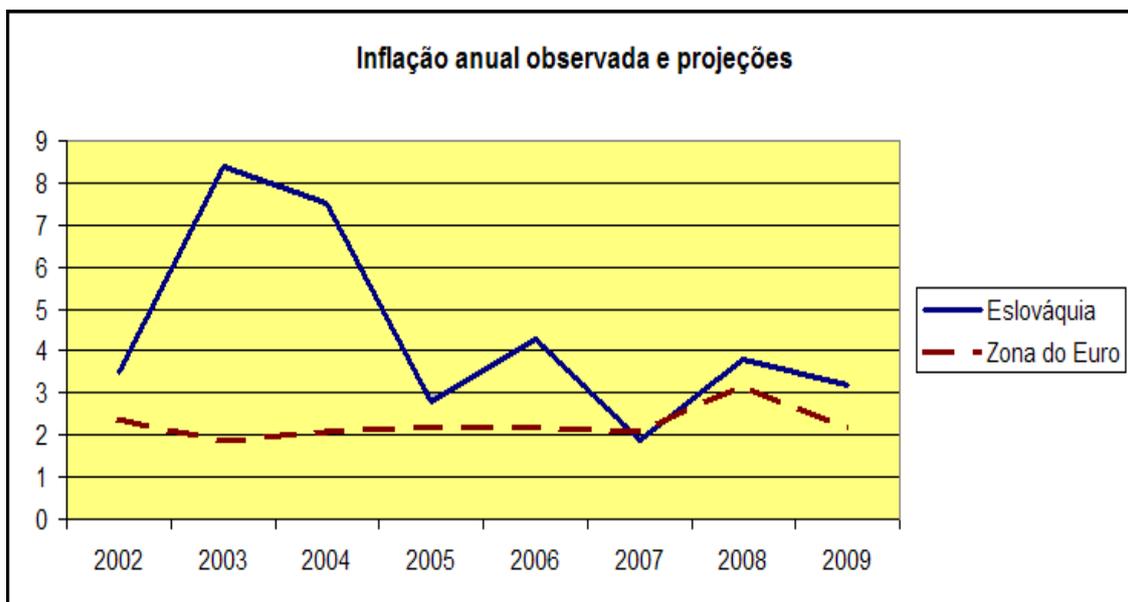
Outra forma de aumentar a capacidade competitiva da economia eslovaca, foi através dos incentivos à entrada de IED. Esses incentivos incluíam a diminuição da carga tributária e da burocracia relacionada a abertura de negócios. Contudo, essas medidas sozinhas não são suficientes para atrair o IED. Elas devem ser adotadas num cenário em que haja estabilidade macroeconômica juntamente com leis e instituições que assegurem a existência de uma economia de mercado funcional. Ademais, processos de privatização transparentes das empresas estatais é uma forma de conquistar a confiança do investidor estrangeiro (Joint Assesment, página 22).

Vale ressaltar que a competitividade de uma economia também depende do nível de educação da população do país e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). As tecnologias desenvolvidas por P&D contribuem para o aumento da eficiência dos processos produtivos e do valor agregado da produção industrial. A preocupação do governo eslovaco era aumentar a transparência na concessão dos subsídios governamentais já existentes para essa área, e melhorar a eficiência na sua utilização. Assim, implementou um novo modelo para apoiar o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias, que garantia que os recursos fossem dirigidos para projetos que de fato contribuíssem para o aumento da capacidade competitiva das empresas eslovacas (Joint Assesment, página 23).

Quanto à educação, esta caminha lado a lado com P&D. É necessário que haja mão-de-obra qualificada e especializada para se desenvolver e se manipular novas tecnologias. Além disso, é importante que haja flexibilidade no sistema educacional e de treinamento para que estes possam se adaptar a mudanças na demanda por trabalho (característica necessária para aderir a UE). Desta forma, o sistema educacional foi reformado para garantir que não houvesse carência de trabalhadores em setores que demandam mão-de-obra altamente especializada e qualificada.

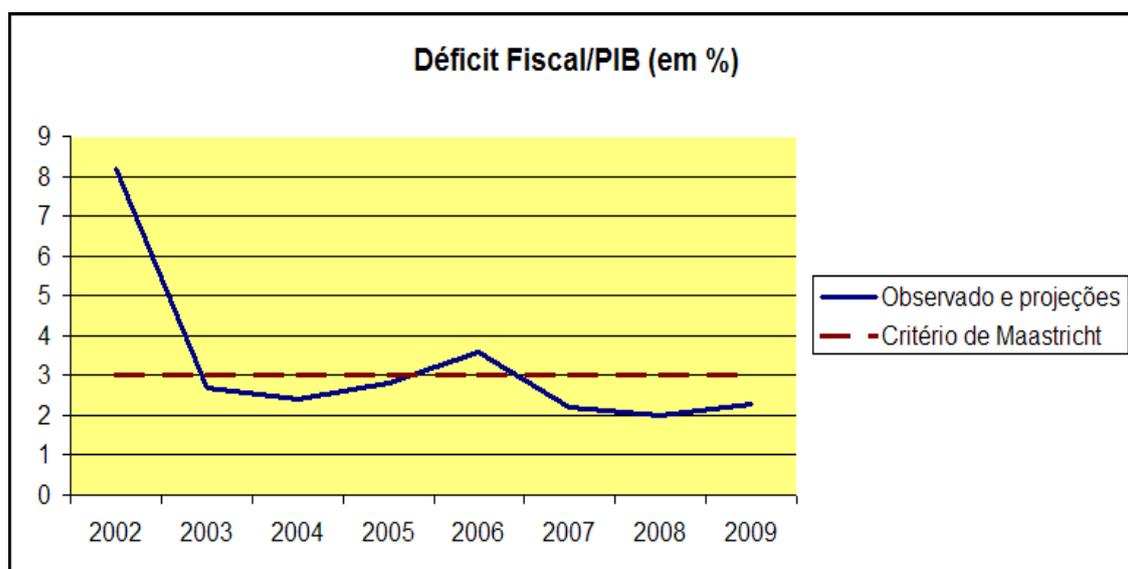
6.3.4) Resultados na Economia:

Quanto a inflação, a média dos últimos 12 meses medida em Março de 2008 era de 2,2%, bem abaixo do valor de referência para esse período de 3,2% que pode ser observado no gráfico abaixo. Logo, o país atingiu o critério de estabilização de preços. A adoção de uma política monetária altamente comprometida com o combate à inflação e tolerante com relação a apreciação da taxa de câmbio, contribuiu para a existência de expectativas de baixa inflação. O Banco Nacional da Eslováquia manteve políticas monetárias restritivas e taxas de juros reais altas, mesmo em períodos em que a taxa de inflação encontrava-se relativamente controlada (Convergence Report, página 190).



Fonte: Convergence Report 2008

A dívida e o déficit público passaram a convergir a níveis aceitáveis. O déficit representava 2,2% do PIB em 2007 e a expectativa da Comissão para esse ano é de 2% do PIB. Essa diminuição com relação ao período de transição que pode ser observada no gráfico abaixo, foi decorrente de medidas para aumentar a receita como a extensão da base de taxação da renda para pessoas jurídicas e físicas, e na elevação do teto máximo das contribuições sociais e na introdução de taxação sobre o uso de energia. No lado dos gastos, houve um acordo para os funcionários públicos terem um ajuste nominal dos seus salários de apenas 4% (Convergence Report, página 194-196).



Fonte: Convergence Report 2008

Quanto ao critério da taxa de câmbio, que exige que esta mantenha-se fixa por dois anos e flutue no máximo $\pm 15\%$, o país conseguiu se enquadrar. A koruna eslovaca aderiu ao Regime de Câmbio II em 25 de Novembro de 2005, como fase transitória para a adoção do euro. De 2005 a 2007, houve uma tendência de apreciação da koruna decorrente do aumento da confiança do investidor estrangeiro com relação ao país, em função do bom desempenho econômico no período (o crescimento econômico anual foi, em média, 4,95%). Mas, nos períodos em que a taxa atingiu o seu limite de flutuação, o Banco Nacional da Eslováquia interviu no mercado de câmbio, mantendo a cotação exigida pelos critérios de Maastricht (Convergence Report, página 197).

A Eslováquia também atingiu o pré-requisito com relação às taxas de juros. Em Fevereiro de 2008, a sua taxa de juros média de longo-prazo era de 4,5%, abaixo do

valor de referência de 6,5%. Esta manteve-se abaixo do seu valor de referência desde a adesão do país à UE em 2004 (Comission Asses). Estas baixas taxas de juros refletiam uma diminuição nas taxas de inflação e o decrescente prêmio pelo risco-país, associado à diminuição do déficit fiscal e ao êxito das reformas estruturais (Convergence Report, página 198).

6.3.5) A Eslováquia e o Euro

Após a sua adesão à União Européia, em 2004, os indicadores macroeconômicos do país melhoraram, como resultado dos esforços adotados pelo goveno do país, para atingir os critérios de Maastricht. Em Maio de 2008, no relatório anual da Comissão Européia que analisa o grau de preparação dos membros da UE para adotar o euro, a Eslováquia foi aprovada. O país se tornará o 16º membro da UME (União Monetária Européia) em 1º de Janeiro de 2009 (Europe's Single Currency).

7) Conclusão: ganhos e perdas do processo de expansão da UE

Como foi mencionado anteriormente, muitos europeus viram com ceticismo a incorporação desses 10 países à União Européia. Contudo, nesses quatro anos desde essa incorporação, muitos ganhos foram observados.

Primeiramente, o aumento no número de membros implicou na expansão do Mercado Comum Europeu, o que já trouxe uma série de benefícios para todos os países participantes. O Mercado Comum permite a eliminação dos custos associados às barreiras comerciais, como tarifas alfandegárias e quotas, o que aumenta a competitividade dos produtos, implicando numa diminuição dos seus preços e um aumento na sua qualidade. Além disso, o Mercado Comum também permite a eliminação das barreiras associadas a padrões divergentes com relação a certos produtos e diferentes regulações técnicas. Assim, a livre circulação de bens, serviços e de fatores de produção é extremamente importante para os membros da EU, visto que seus mercados são relativamente pequenos se comparados ao mercado norte-americano e assim, caso se mantivessem como mercados protegidos, sofreriam o problema de economias de escala discutido anteriormente .

Segundo, muitos dos novos membros almejavam participar da UME, visto que a adoção de uma moeda comum elimina os custos e os riscos associados à conversão da taxa de câmbio, o que por sua vez, estimula o aumento do número de transações comerciais e financeiras entre os países participantes da União. Desta maneira, o euro vem contribuindo para a integração dos mercados financeiros - o percentual de ações detidas em outros países da zona do euro duplicou para 40% de 2002 a 2008 (Europe's Single Currency). Além disso, particularmente para os países do Leste Europeu, adotar o euro é importante, uma vez que seu comércio internacional depende mais da UE do que os seus membros antigos (UE-15), como pode ser observado na tabela abaixo (Gros, páginas 3 e 4). O caso mais extremo é a Eslováquia, que envia quase 90% das suas exportações para outros membros da UE.

Tabela 5 Participação no Comércio com a UE

Participação no comércio com a UE (em %)		
	Exportações	Importações
UE-15	63,7	63,6
Chipre	60,2	44,8
República Tcheca	85,9	73,4
Estônia	72,2	63,2
Hungria	84,5	64,1
Látvia	76,7	77,4
Lituânia	67,9	54,5
Malta	41,3	57,2
Polônia	81,2	69,8
Eslováquia	89,4	72,7
Eslovênia	68,6	77,5
Média da UE	64,8	63,9

Fonte: Gros (pág 3)

Contudo, adotar o euro também implica em algumas desvantagens. Na União Monetária Européia, os países abdicam das suas políticas monetárias e cambial, que passa a ser controlada pelo Banco Central Europeu (BCE). Ou seja, o governo não pode desvalorizar o câmbio ou mudar as taxas de juros para acomodar a economia a choques internos e externos. Assim, as economias participantes se tornam interdependentes, visto que diferenças nas taxas de inflação e crescentes déficits em conta-corrente, podem ter conseqüências negativas sobre outros países da União.

Desta maneira, para evitar que problemas em determinados países tenha impacto sobre outros membros da UME, o BCE supervisiona constantemente as economias participantes do sistema, e desta forma, pode auxiliar os países afetados a remediar cedo seus desequilíbrios, antes que haja conseqüências sobre outras economias (Europe's single currency).

8) As próximas expansões da UE

Vale ressaltar que o processo de expansão da União Europeia ainda está em aberto. Em 1º de Janeiro de 2007, ocorreu a quinta expansão da União com a adesão da Bulgária e da Romênia. Correntemente, estão na agenda de expansão a Croácia e a Antiga República da Macedônia.

Referências Bibliográficas:

Balcerowicz, Leszek e Alan Gelb, “Macropolicies in transition to a market economy : a three-year perspective”, “The World Bank”, Março de 1995. Report No. 14418 http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000009265_3970716143745&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679

Bank of Estonia, “Estonia Joins Exchange Rate Mechanism II”, Kroon & Economy, No2, 2004.

Bomberg, Elizabeth, e Alexander Stubb. “The European Union: How Does it Work?”, NY: Oxford, 2003. ISBN 0-19-924766-8.

Busemeyer, Marius R. “Chasing Maastricht: The Impact of the EMU on the Fiscal Performance of Member States”, European Research Papers Archive, <http://eiop.or.at/eiop/texte/2004-008.htm>

C. Afxentiou, Panos. “Convergence, the Maastricht Criteria, and Their Benefits”, Department of Economics Working Paper (2000), University of Calgary, <http://www.econ.iastate.edu/classes/econ353/tesfatsion/MaastrichtConvergenceCriteria.Afxentiou.pdf>.

D. Jacobsen, Hanns. “The European Union's Eastward Enlargement”, European Integration online Papers (EIoP), 25 de Agosto de 1997, <http://eiop.or.at/eiop/texte/1997-014a.htm>.

Ellerman, David, "Lessons From East Europe's Voucher Privatization", The Capital Ownership Group.

Euractiv, “Estonia's euro entry could be delayed”, 4 de Setembro de 2006 <http://www.euractiv.com/en/enlargement/estonia-euro-entry-delayed/article-157429>

European Central Bank, “Convergence Report 2006”, Maio de 2006, <http://www.ecb.int/pub/pdf/conrep/cr2006en.pdf>

European Commission, “Conditions for Enlargement”, http://ec.europa.eu/enlargement/the-policy/conditions-for-enlargement/index_en.htm

European Commission, “Convergence Report 2008”, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, Bruxelas, Maio de 2008.

European Union, “Consolidated version of the Treaty on European Union”, 1992 [http://www.dpt.gov.tr/abigm/abib/Antlasmalar/Consolidated%20Version%20of%20the%20EU%20Treaty%20\(En\).pdf](http://www.dpt.gov.tr/abigm/abib/Antlasmalar/Consolidated%20Version%20of%20the%20EU%20Treaty%20(En).pdf)

Governement of the Slovak Republic & European Commission Directore General for Economic and Financial Affairs, “ Joint Assessment of Medium-term Economic Policy Priorities of the Slovak Republic”, 29 de Fevereiro de 2000.

Gros, Daniel, “Maastricht Criteria after Enlargement: Old Rules for New Members?”, XVI Villa Mondragone International Economic Seminar, Universidade de Roma, Junho

de 2004.

http://www.ceistorvergata.it/conferenze&convegni/mondragone/XVI_papers/Paper-Gros.pdf

Judt, Tony. “Pós-Guerra : Uma História da Europa desde 1945”, tradução José Roberto O’Shea – Rio de Janeiro : Objetiva, 2008. ISBN 978-85-7302-87-9.

Kaminski, Bart, Nathalie Moreno e Rossana Polastri. “Slovenia – Trade Sector Issues”, Poverty Reduction and Economic Management Unit, “The World Bank”, 29 de Setembro de 1998. Report No. 18456-SLO. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/06/03/000178830_98111703550665/Rendered/PDF/multi0page.pdf.

Ministry of Finance, “General Government Debt – Maastricht”, 2007

Mojmir Mrak, Matija Rojec e Carlos Silva-Jáuregui, “Slovenia: From Yugoslavia to the European Union”, Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2004, http://books.google.com.br/books?id=MhYVUkJpMkAC&printsec=frontcover&dq=macroeconomic+policies+slovenia&source=gbs_summary_s&cad=0#PPR28,M1

N. Weil, David, “Economic Growth”, Addison-Wesley, 2005. ISBN: 0-201-68026-2

The Economist Intelligence Unit ViewsWire, “Europe's single currency”, “The Economist”, 14 de Maio de 2008

The Economist Intelligence Unit ViewsWire, “Pioneering Slovenia”, “The Economist”, 4 de Janeiro de 2007 European Central Bank, “Convergence Report 2006”, Maio de 2006, <http://www.ecb.int/pub/pdf/conrep/cr2006en.pdf>

The Economist Intelligence Unit ViewsWire, “Slovakia's economy weakens but it remains a regional star”, 18 de Fevereiro de 2008

The World Bank, “Slovakia Country Economic Memorandum: a Strategy for Growth and European Integration”, Janeiro de 1997.

The World Bank, “Slovakia: Restructuring for Recovery”, 11 de Julho de 1994 Report No. 12282-SK

The World Bank, “Slovenia – Country Brief 2008”, 2006 http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/ECAEXT/SLOVENIAEXTN/0,,contentMDK:20196078~menuPK:305285~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:305278,00.html#World_Bank_Program

Thomas, Mark Roland, e Gaobo Pang. “Lessons from Europe for economic policy in small states : a focus study on Estonia, Iceland, Luxembourg, and Slovenia”, Economic Policy and Debt Department, “The World Bank”, Março de 2007, http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/06/19/000334955_20080619085345/Rendered/PDF/442820WP0BOX3210Thoma sPang01PUBLIC1.pdf.